

EM TORNO DAS ELEIÇÕES

Quando Cícero falava em "suma libertas in oratione" - a extrema liberdade de expressão, evidentemente preludiava, no tempo, o que isso haveria de se concretizar um dia, em todo o orbe, lembrando-se do que já ocorrera na Grécia de Péricles. Ou seja, numa antevisão do amanhã do futuro das nações, que viria com a democracia.

Em verdade, ninguém terá atingido o sumo grau da convivência política se não dispuser do direito à palavra como instrumento de debate, como força a identificar nossa "condition humanaine", de que falava Montaigne. Condição precípua que colocou-nos no ápice da criação, pois o homem é o único ser que fala.

Historicamente é sabido que quando lhe tiram o direito à palavra, o homem não é mais nada, e se torna um autômato, sem alma e personalidade à disposição dos tiranos. Daí por diante, seu destino, conseqüentemente, é a do alter ego dominador, que, em hipótese alguma, moral e filosoficamente poderá ser a identidade do outro.

No que toca a representação política no regime democrático, nossa vontade está condicionada em termos relativos, por que sobra-nos margem à crítica ou a faculdade de fazermos juízos de valor, isto é, de apreciação. Isto pelo fato de, nesse caso, termos que preservar nosso direito ao uso da liberdade de palavra com o qual estamos prontos a gritarmos ou a entrarmos na lição dos protestos, das reivindicações que o regime nos garante. E foi esse direito que atingiu a milhões de conquistas sociais em todo o mundo.

Ora, a decepção humana não é um dado à impor-nos à fuga da democracia que, sendo um processo contínuo de escolha e depuração, naturalmente só se aprimorará mediante a constância eleitoral. Esta abre o caminho às possibilidades de convivermos com aquela estrutura político-institucional a facultar-nos o objeto dos nossos questionamentos, da crítica permanente ou da observação, assim como da luta pelo nosso direito, de que falou Von Ihering. Não há outro meio, até porque sendo isso um fato contingencial, não nos induz a pensarmos que, em fazendo assim, vamos conseguir a perfeição humana, e cairmos numa concepção utópica da vida. Mas não seremos nenhum Thomas Morus a idealizarmos uma democracia paradisiaca. Entretanto, sem o processo eletivo na democracia pluralista, na em que a liberdade de escolha é a mesma de nosso direito à palavra, corremos os riscos de anoitarmos um dia, nas trevas dos governos de fato, onde o fulgor de nossas idéias poderiam acabar como já acaba-

ram, sob a força das baionetas caladas,

Que cidadania ou gozo de direitos civis e políticos é aquela que rejeitamos pelo fato de não crermos, de não querermos participar de uma técnica inerente ao exercício daqueles mesmos direitos, que ao mesmo tempo que os queremos, tentamos boicotá-los como se não quiséssemos? Que modelo de contradição é esse? Que lógica pode haver em tudo isso?

Se, às vezes nos chamam de um povo sem memória, tal verdade é porque estamos sempre esquecendo do que fomos e do que estamos sendo. Já fomos a democracia das Atas Falsas, ou das eleições à Bico de Pena. E hoje já o somos um pleito onde a margem é quase nada, de eleições fraudulentas. Evoluímos profundamente no bom sentido.

Mas, se nas Atas Falsas havia o homem "probo", e nas eleições legítimas de hoje, os desonrados, onde está a moral desta história? A rigor, tanto aquele quanto esse errou, no tocante a própria individualidade do caráter, da honradez. Entretanto o que importa agora é eleger bem; é que as eleições nos propiciem a busca do melhor, pois a lei está aí para punir os maus, depurar o regime democrático, sem o qual estaríamos condenados a viver assustados, mudos, porque sem ela um homem é a síntese de sua própria contradição natural - viver o medo pânico da mudez, ou não vivê-lo, porque muitos foram os que morreram por quererem fazer da palavra um instrumento de excelência de sua grandeza e de sua individualidade.

A justiça social que não confia na democracia, e não tem legitimidade por que, as mais das vezes, revela o preço da servidão como metro, como a do escravo, cujos músculos e alma eram trocados por um prato de comida. A palavra - o mais inalienável dos bens humanos atravessou os séculos heroicamente, não raro sacrificada na pira dos holocaustos, é porque fora mais forte do que todos os grilhões. Mais forte do que o círculo de Nero ou de suas tochas humanas, na destruição dos primitivos cristãos, mais forte que Auschwitz, Dachau ou os fuzilamentos dos seus mártires. Porque a palavra a tudo despertou, quer no verbo dos seus gigantes pensadores, tonitruando na força indômita e candente de um Vieira, de um Ruy Barbosa, de um Demóstenes, de um Cícero, de um Mirabeau, de um Mont'Alverne, de um Feneoln, de um Robespierre ou de um Danton, é porque só ela disseminara as melhores idéias compatíveis com a civilização do espírito. Inata às aspirações humanas, a palavra é a força da alma que se alcandora aos fins supremos do homem, pois ainda que ele a tudo ignore, não costuma fazê-lo em relação as potencialidades que ela lhe oferece em termos de amor à liberdade, pois, como observou Aldous Huxley, que, já em 1870, não obstante a Europa ter a metade de sua população analfabeta, essa gente pensava na independência da palavra, como aspiração da democracia, esta democracia que vamos re-nová-la a 3 de outubro, que espera das eleições o afluxo de todos, em massa, conscientes de seu compromisso com o regime de livre opinião.

LEÔNICIO VASCONCELLOS